COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 326, DE 2015

Dispõe sobre o sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores e trabalhadoras sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico de sua residência e dá outras providências.

Autor: Deputado VALMIR ASSUNÇÃO

Relator: Deputado IRMÃO LAZARO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 326, de 2015, de autoria do Deputado Valmir Assunção, objetiva a instituição de um sistema especial de inclusão previdenciária de trabalhadores sem renda própria, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de suas residências, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.

Ressalta o autor que o projeto tem por base o § 12 do art. 201 da Constituição, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, que previu que lei deve dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender “a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo.”

Os participantes estariam sujeitos ao pagamento de contribuições com alíquotas progressivas, de 0% até 10 anos da aprovação da lei, de 2%, entre os 10 e os 15 anos, e de 3%, a partir dos 15 anos, restando assegurado um benefício mensal no valor igual a 1 salário mínimo aos integrantes do sistema, uma vez atingida a idade mínima de 60 anos para

mulheres e 65 anos para homens, desde que cumpridos os requisitos previstos na legislação.

Em sua Justificação, o Autor afirma que o projeto é fruto de um extenso e amplo processo de luta do movimento social no País ao longo das últimas décadas, em especial da mobilização das entidades de defesa dos direitos das mulheres. Ressalta que uma parcela importante da população dedica um significativo número de horas ao trabalho doméstico, o qual, apesar de essencial para a família, não é reconhecido pela coletividade, não restando assegurado, entre outros, o direito à aposentadoria.

Com a aprovação do projeto, espera o Autor que a ausência de vínculos formais de trabalho não seja um impeditivo a que as mulheres tenham assegurado o direito à aposentadoria, pois os anos de trabalho no interior do lar passarão a ser considerados para a concessão de um tipo especial de benefício junto à Previdência Social.

Destaca o Autor, por fim, que o projeto cumpre um importante papel na luta contra a pobreza e representa um avanço na redução das desigualdades sociais, econômicas e de gênero, pois, nas unidades familiares em que a mulher não está inserida formalmente no mercado de trabalho, há uma total dependência econômica do marido, o que pode dificultar a obtenção de igualdade e harmonia no relacionamento.

A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação (para análise inclusive de mérito) e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição no âmbito desta Comissão Permanente.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 326, de 2015, objetiva a instituição de um sistema especial de inclusão previdenciária para atender aos trabalhadores sem renda própria, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de suas residências, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, assim entendidas aquelas com rendimento familiar mensal inferior a dois salários mínimos. Mediante o pagamento de contribuições com alíquotas progressivas, de 0% até 10 anos da aprovação da lei, de 2%, entre os 10 e os 15 anos, e de 3%, a partir dos 15 anos, restaria assegurado um benefício mensal no valor igual a 1 salário mínimo aos integrantes do sistema, uma vez atingida a idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 anos para homens, desde que cumpridos os requisitos previstos na legislação.

Muitas mulheres ainda não podem buscar oportunidades no mercado de trabalho formal, em razão da dedicação prestada aos cuidados com a família, especialmente às crianças e outros membros dependentes, bem como a outros afazeres domésticos. Esse trabalho beneficia não somente suas famílias, mas a sociedade como um todo, cuja capacidade de produção e geração de riqueza depende do suporte prestado por essas mulheres, que se sacrificam em prol da coletividade, mas não encontram a necessária proteção social quando em idade avançada ou quando incapacitadas para suas atividades habituais.

A Emenda Constitucional nº 41, de 2003, procurou modificar essa realidade, passando a prever, no § 12 do art. 201 da Constituição Federal, que lei deve dispor sobre um sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, o qual deveria garantir benefícios de valor igual a um salário mínimo, com exceção da aposentadoria por tempo de contribuição. A Emenda Constitucional nº 47, de 2005, alterou o § 12, o qual passou a prever que referido sistema objetiva atender os trabalhadores de baixa renda e aqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de suas residências, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-se benefícios de valor igual a um salário mínimo.

De acordo com o § 13, esse sistema terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.

A regulamentação dos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal é de indiscutível mérito, pois estes possibilitam a inclusão previdenciária das pessoas que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico, em sua maioria mulheres. Sem as bem-vindas mudanças proporcionadas pelas Emendas Constitucionais nº 41, de 2003, e nº 47, de 2005, ao art. 201 da Constituição, não seria possível a efetiva proteção dessas trabalhadoras, que, por não disporem de renda própria, não podem contribuir em igualdade de condições com os demais trabalhadores. Daí a razão de a Constituição prever que tais seguradas fazem jus a benefícios previdenciários com alíquotas e carências reduzidas.

Há de se ressaltar, no entanto, que referidos dispositivos constitucionais foram parcialmente regulamentados pela Medida Provisória nº 529, de 2011, convertida na Lei nº 12.470, de 2011. Dispõe o art. 21, § 2º, II, “b”, da Lei nº 8.212, de 1991, com redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011, que, no caso de exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a alíquota de contribuição incidente sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição será de 5% para o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda. O § 4º do mesmo artigo considera de baixa renda a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico cuja renda mensal seja de até dois salários mínimos. A alíquota de 5% também é aplicável ao microempreendedor individual. No caso de contribuintes individuais que não sejam microempreendedores individuais, mas trabalhem por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo que que não se dedique exclusivamente a atividades domésticas ou que tenha renda familiar superior a dois salários mínimos, é aplicada uma alíquota de 11% sobre o limite mínimo mensal do salário de contribuição, excluindo-se, também, o direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

Uma primeira diferença entre a legislação atual e o Projeto de Lei em tela reside no fato de que, enquanto a legislação atual estipula uma alíquota de 5%, o Projeto de Lei estipula alíquotas progressivas, de 0% nos primeiros 10 anos da aprovação da lei, de 2% entre 10 e 15 anos da sua aprovação, e, por fim, de 3% a partir do 15º ano.

Apesar de o Projeto de Lei parecer ser mais benéfico para o trabalhador sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, a verdade é que uma apreciação mais acurada não confirma essa impressão. Em primeiro lugar, a legislação atual estipula que a alíquota de 5% incida sobre o valor do salário mínimo, enquanto a proposição em análise não estipula sobre qual base suas alíquotas de 0%, 2% e 3% incidirão. Ademais, enquanto as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991, garantem ao trabalhador doméstico não remunerado os benefícios de aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e salário-maternidade, o Projeto de Lei em tela garante tão somente a chamada aposentadoria por idade, aos 60 anos de idade, para a mulher, e aos 65 anos, para o homem, reduzidos em cinco anos caso o trabalhador comprove ter alguma doença degenerativa.

Por outro lado, o sistema especial de inclusão previdenciária previsto na Constituição não está completamente regulamentado, pois o § 13 do art. 201 dispõe que este terá não apenas alíquotas diferenciadas, como carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social. Dispõe o art. 25 da Lei nº 8.213, de 1991, que a concessão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez depende do pagamento de 12 contribuições mensais; as aposentadorias por idade, por tempo de contribuição e especial de 180 contribuições; e o salário-maternidade, como regra, de 10 contribuições. Não há previsão legal de redução dos períodos de carência para os trabalhadores de baixa renda e os sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de suas residências, em contrariedade ao disposto nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição.

Considerando que o Projeto de Lei nº 326, de 2015, tem como escopo regulamentar a proteção previdenciária dos trabalhadores sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, nos termos do prevista nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição, consideramos que parte do objetivo já está contemplado na legislação, qual seja, a redução das alíquotas aplicáveis a esse trabalhador. No tocante à redução dos períodos de carência, propomos que, para os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, a carência seja reduzida de 12 para 11 contribuições, que a carência da aposentadoria por idade seja reduzida de 180 para 156 contribuições e que a carência do salário-maternidade seja reduzida de 10 para 9 contribuições.

Por todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 326, de 2015, que contribui para a inclusão social dos trabalhadores e trabalhadoras domésticos não remunerados, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado IRMÃO LAZARO
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 326, DE 2015

Altera o art. 25 da Lei nº 8.213, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre redução dos períodos de carência para a concessão de benefícios previdenciários ao trabalhador sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, em conformidade com o art. 201, § 13, da Constituição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 25

.....
§ 1º Para o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda, e que contribua na forma do art. 21, § 2º, II, “b”, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, os períodos de carência são os seguintes:

I – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 11 (onze) contribuições mensais;

II – aposentadoria por idade: 156 (cento e cinquenta e seis) contribuições mensais;

III – salário-maternidade: 9 (nove) contribuições mensais.

§ 2º Os períodos de carência a que se referem o inciso III do caput e o inciso III do § 1º deste artigo serão reduzidos em número de contribuições equivalentes ao número de meses em que o parto for antecipado.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado IRMÃO LAZARO
Relator